



## O jornal *Porantim* e o agendamento da questão indígena: os alternativos e o ecossistema midiático digital

**Mozahir Salomão Bruck<sup>1</sup>**  
PUC Minas

**Lilian Saback<sup>2</sup>**  
PUC Rio

**Resumo:** O artigo busca discutir o jornalismo tido como alternativo no ecossistema midiático digital a partir do estudo de caso do Jornal *Porantim*, editado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O estudo retoma noções como mídias digitais e ativismo digital imprensa alternativa, e perspectiva decolonial do jornalismo com o objetivo de melhor compreender as estratégias adotadas pelas mídias contra-hegemônicas a partir dos avanços das tecnologias da comunicação, buscando a ampliação do agendamento de causas sociais. Entendendo que tais operadores podem contribuir para lançar luzes à discussão que propõe. Toma como objeto de análise capas do jornal *Porantim*, editado há quatro décadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que se dedica às questões da causa indígena.

**Palavras-chave:** Porantim; Imprensa alternativa; Mídia digital; Questão indígena.

---

<sup>1</sup> Mozahir Salomão Bruck é doutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas com Pós-doutorado em Teoria e Ética do Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Email: [mozahir@uol.com.br](mailto:mozahir@uol.com.br)

<sup>2</sup> Lillian Saback é Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ e pelo CIES do ISCTE-IUL. E-mail: [lilian.saback@gmail.com](mailto:lilian.saback@gmail.com)

## 1. Introdução

Em torno de que nós orbita e que papéis desempenha hoje o que se convencionou denominar no Brasil, nas décadas mais recentes, de imprensa alternativa? Esta reflexão tem como ponto de partida a percepção de que a imprensa dita hegemônica, ou referencial, se vê hoje diante de intensas reconfigurações alavancadas, em especial, por novas lógicas e dinâmicas da ambiência midiática digital, e que trouxe para a cena novos actantes informativo-jornalísticos (DALMONTE, 2009; EL JABER, 2010; DI FELICE, 2017). É esse recircunstanciado cenário – essencialmente polifônico, pretensamente orgânico e horizontal e de natureza reticular – em que a figura do exclusivo receptor reinventou-se face a novas possibilidades e potências em termos do agir comunicativo – que nos leva à seguinte questão: diante dessa multiplicidade de vozes, de intervenções e reposicionamentos, presentes no *infinitum* da web, quais os sentidos na atualidade do chamado jornalismo alternativo?

Tal pergunta considera que o antigo modelo midiático-hegemônico estabelecido em termos dos polos emissor-receptor – e que era tensionado apenas, em geral, por publicações alternativas que, em geral, assumiam caráter de oposição e resistência – deu lugar a alterados modelos e processos, fazendo com que, em termos dessa ambiência midiática o que antes possuía caráter alternativo, excepcional, hoje parece coexistir com outros jornalismo não mais somente como um enfrentamento, mas como mais um agente a compor o conjunto de discursos em circulação.

Nesse sentido, este artigo parte da discussão de noções como imprensa alternativa, decolonial, novas formações midiáticas., entendendo que tais operadores podem contribuir para lançar luzes à discussão que propõe. Toma como objeto de análise capas do jornal *Porantim*, editado há quatro décadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que se dedica às questões da causa indígena. Em nosso entendimento, o jornal *Porantim* traduz bem muitas questões que mobilizam as reflexões propostas. Tendo surgido em 1979, durante a ditadura civil-militar brasileira, a publicação buscou ser uma mirada alternativa à grande imprensa e de maneira assumidamente militante, colocava-se como tentati-

va de reagendar a pauta midiática ao trazer a tona os mais diversos aspectos da causa indígena.

## **2. O alternativo como resistência**

Assim como em outros países do mundo ocidental, em especial na América Latina, a trajetória da imprensa brasileira no século XX foi marcada por um contexto de tensões e distensões da democracia e, conseqüentemente, da menor e maior liberdade de imprensa. Tal conjuntura levou a que grupos e movimentos de atuação política buscassem outras alternativas para darem visibilidade a suas lutas, reivindicações e denúncias de censura, perseguição. No caso do Brasil, sob inspiração de uma luta maior – em defesa da democracia e contra o autoritarismo e perseguição ideológica – ganhou força, especialmente a partir da segunda metade do século passado, a noção de imprensa alternativa, que abrigava publicações de conteúdos que ou eram silenciados pela grande imprensa ou, talvez pior, recebiam tratamento enviesado a ponto de criarem desinformações e perspectivas muito distantes das complexidades das temáticas abordadas. Como destaca Peruzzo (2009),

Suas diferenças são percebidas na direção político-ideológica, na proposta editorial — tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica —, nos modos de organização (de base popular, coletiva, no quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador), entre outros aspectos. Houve um tempo em que produzir e difundir boletins, panfletos, jornais etc., significava grande risco de prisão e condenação política. Assim, no contexto do regime militar, produzia-se comunicação alternativa clandestinamente, pois havia controle estatal e censura. (PERUZZO, 2009, p. 131).

Também denominadas de nânicas ou populares, as publicações ditas alternativas ganharam força e maior visibilidade no Brasil a partir dos anos 1960, certamente reação ao autoritarismo político, cultural e de perseguição ideológica impostos pela ditadura que resultou do golpe civil-militar de 1964. A agudização do golpe em 1968 e a opção da esquerda pela luta armada foram pretextos para um controle mais rígido dos meios de comunicação, para impedir a divulgação das torturas e assassinatos políticos pela repressão. “Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nas-

ceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 1991, p.5). O Ato Institucional nº 5 (AI 5), adotado pelo governo militar em dezembro de 1968, institucionalizou a censura e promoveu perseguições a jornalistas e fechamentos de redações que se posicionavam contra o governo ditatorial.

A grosso modo, pode-se afirmar que as publicações alternativas brasileiras em circulação a partir daí e até os anos 1980 se dividiam em três tipos distintos: aqueles marcadamente de viés mais político, chamados de esquerda e, em geral, com ideais marxistas; as publicações de contracultura, que reuniam intelectuais e artistas e as publicações de movimentos sociais como os movimentos de bairro e, principalmente, um vinculado ao chamado movimento de minorias, como as publicações indígenas, a imprensa feminista, as do movimento negro e as publicações de grupos homossexuais organizados.

O caminho percorrido por esta imprensa alternativa, que traz em sua essência histórica a militância partidária durante a ditadura civil-militar, é longo e tem a tecnologia como importante aliada. São justamente os constantes avanços tecnológicos os responsáveis pela atualização desta imprensa alternativa, antes tão centrada no jornalismo impresso. No final dos anos 1970, com a chegada ao Brasil do vídeo cassete e das primeiras câmeras portáteis o audiovisual ganha espaço como instrumento promotor de visibilidade comunitária.

Surgiam, nesse momento, a primeiras experiências televisivas, sem qualquer enlace legal ou vínculo com emissoras de televisão aberta, que faziam o espectador sair da passividade e desejar contribuir para elaboração e crítica de produtos de informação. (idem, 2015, p. 94). Paralelo ao vídeo ganham mais espaço de disputa política as rádios livres, vulgarmente também denominadas piratas e que devem ser pensadas em um contexto maior de luta contra o monopólio estatal do espaço eletromagnético. Elas operavam na clandestinidade e sem outorgas.

Com os anos 1990 vieram os agentes externos<sup>3</sup>, parceiros técnicos e/ou financeiros no desenvolvimento das produções alternativas. São universidades e organizações não governamentais, prioritariamente, corroborando para criação e desenvolvimentos de muitos veículos de comunicação alternativa, popular e/ou comunitária. Pode-se mencionar como exemplo o diálogo existente entre o “asfalto” e as favelas do Rio de Janeiro, que, por meio de cursos de audiovisual, por exemplo, passaram a propor ações que vão além de práticas e discursos assistencialistas e fortaleceram a comunicação comunitária possibilitando a criação de mundos possíveis para seus produtores. Um conteúdo que passou a explorar outros espaços digitais e conquistar outros territórios que vão além do que a lógica do capital impõe a eles cotidianamente.

Di Felice (2017) buscou rastrear primeiros sinais dessa passagem da noção de mídia alternativa para a mídia participativa. Segundo o pesquisador, a emergência, a partir dos anos 1990, de novos movimentos e novas formas de participação e atuação social foi caracterizada não apenas pelo agendamento de temáticas planetárias e formas extranacionais de participação, mas pela “utilização comum de arquiteturas de informação digitais, que asseguravam, além de uma ampla divulgação, também novas práticas experimentais de conflito” (DI FELICE, 2017, p. 137).

Foi logo no início dos anos 1990 no Brasil, com a chegada da internet, que a imprensa alternativa também enxergou novas possibilidades de produção e circulação de conteúdos. Surgiram as primeiras páginas *online* com propostas de romper a entrega da informação em grande escala única e exclusivamente a partir de mídias convencionais. Mais uma vez pode-se olhar para o fenômeno pelo viés das representações sociais ou das práticas independentes no espaço virtual. E mais uma vez a produção do conteúdo alternativo atualiza-se sob a bandeira da luta política. “Com os avanços das tecnologias de informação e o desenvolvimento da rede mundial de computadores, a mídia alternativa ganhou e conquistou espaços também na blogosfera, através de páginas e portais como os da *Mídia Ninja* ou dos *Anonymous*” (GOMES, 2014, p.8).

---

<sup>3</sup> O conceito de agente externo é elaborado a partir do pensamento do filósofo canadense Kenneth Schmitz, na leitura de Raquel Paiva (2003), que entende que uma das formas da promoção do bem comum é a legitimação da instituição.

Certo é que, desde então, a facilitação do acesso aos meios de produção e divulgação tem colocado em questão conceitos de comunicação até então bem estruturados como emissor, produtor, receptores e a própria noção de mídia. A partir dos anos 2000, os constantes avanços tecnológicos e a chegada da Web 2.0 tornaram todo o processo de midiatização da sociedade – seus indivíduos e grupos – ainda mais intenso. No jornalismo, também novas lógicas, modelos e formatos de produção e circulação de conteúdos parecem promover apagamentos entre o noticioso e o informativo. É o caso da noção de jornalismo cidadão, aquele que é produzido pelo leitor/ouvinte/espectador/usuário. Gillmor (2004) entende o formato como uma conversa entre os produtores da notícia e a audiência. Acredita-se que a nova forma de estar no mundo, identificada por Sodré (2002) como *bios* midiático, seja um dos fatores que contribui para esta relação excessiva do indivíduo com a informação e a mídia. Marshall afirma que “os caminhos abertos pelas tecnologias digitais viraram o centro do picadeiro do jornalismo-cidadão” (2013). Há uma erupção de produção de informação em *blogs*, *vlogs*, *podcasts* sendo distribuídos, principalmente nas redes sociais. O novo espaço de difusão da mídia alternativa.

### 3. O alternativo no ecossistema midiático contemporâneo

A pesquisa Global Digital Report 2019<sup>4</sup>, realizada pela agência de marketing We are Social, registrou que 4.39 bilhões de pessoas no mundo usam a internet, sendo que mais de 3.48 bilhões delas estão nas redes sociais. Segundo o estudo, no Brasil 140 milhões de pessoas, 66% da sua população ativa na internet, é usuária das redes sociais.<sup>5</sup> Muitos desses ativos das redes estão produzindo ou simplesmente reproduzindo informação sem qualquer preocupação com a checagem dos fatos.

Esta intensa relação dos indivíduos com as redes sociais é talvez o maior fenômeno deste novo ecossistema midiático (CANAVILHAS, 2010). Redes como *Facebook*

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://wearesocial.com/us/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acessado em 20 de julho de 2019.

<sup>5</sup> Disponível em <https://pt.slideshare.net/DataReportal/digital-2019-brazil-january-2019-v01>. Acessado em 20 de julho de 2019.

(2004), *Youtube* (2005) e *Twitter* (2006) estão no dia-a-dia das pessoas atenuando e, ainda, atualizando o já citado *bios midiático* de Sodré. Já que as plataformas disponíveis na atual sociedade em rede (CASTELLS, 2003) possibilitam uma permanente interação da audiência com os tradicionais produtores de conteúdo e, também, estabelecem a autocomunicação de massa (CASTELLS, 2006). Agora, o cidadão pode escolher a informação que deseja consumir e, ainda, produzir a informação que quiser, deixando de lado o protocolo estabelecido pelos jornalistas para apuração, tratamento e divulgação de uma notícia.

Nesse cenário, a mídia alternativa, mesmo aquela que também já circulava no papel impresso, se instalou nas redes sociais. Seus produtores passaram a dialogar para além do seu território de ação e, cada um ao seu modo, compreendendo que é inevitável que se trabalhe em parceria com a sua audiência. Nos últimos anos, o número de páginas no *Facebook* e canais no *YouTube*, por exemplo, idealizados e alimentados por grupos independentes do governo e de empresas oficiais de comunicação aumentou muito. São iniciativas desenvolvidas em rede, que acabam por unir forças para causas que até então não tinham espaço na imprensa tradicional. “Para os movimentos sociais é crucial a interdependência dialética com veículos que possam reverberar suas propostas, geralmente ignoradas ou menosprezadas pela chamada grande mídia, com sua crônica desconfiança acerca dos pleitos comunitários” (MORAES, 2007).

Para Góes, o Inter Press Service (IPS)<sup>6</sup>, a Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (Adital)<sup>7</sup> e Agência Carta Maior<sup>8</sup> podem ser considerados meios contra-hegemônicos no ciberespaço. Segundo o autor, eles “atuam como profetas antiglobalização e porta-vozes dos movimentos sociais” (2007, p.8). O autor compara essas mídias com as agências de notícias tradicionais, que classifica como “modelos da atuação hegemônica da mídia” (IDEM). Mas se pensarmos que as redes sociais se tornaram um espaço de compartilhamento das comunicações hegemônicas e contra-hegemônicas, controlados por algoritmos, a independência da alternativa está sendo ditada pelas novas gigantes hegemônicas da internet: Google e Facebook. “Os leitores recebem o material

<sup>6</sup> <http://www.ipsnoticias.net/>. Acessado em 22 de julho de 2019.

<sup>7</sup> <http://www.adital.com.br/>

<sup>8</sup> <https://www.cartamaior.com.br/>.

com o qual eles provavelmente vão concordar/gostar, porque curtidas e compartilhamentos são a moeda do mercado anunciantes” (MAURÍCIO, 2018).<sup>9</sup>

Mas enquanto os novos modelos de negócios da comunicação na esfera digital estão sendo construídos, muitas experiências alternativas parecem ocorrer com sucesso e, em geral, sem grandes custos. Na linha comunitária existem vários exemplos de páginas alternativas, também denominadas de ativismo digital ou net-ativismo (Di Felice, 2017) no *Facebook*. A *Maré Vive*, comunidade virtual criada por comunicadores comunitários das favelas do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, é uma delas. A página nasceu com o objetivo de fazer a cobertura da ocupação militar da região, que ocorreu entre abril de 2014 a junho de 2015, e acabou se tornando um espaço de denúncia de abuso e violação dos direitos humanos. Há cinco anos a mídia funciona com o trabalho voluntário dos moradores que se dividem em turnos e alimentam a página 24 horas por dia. Além do *Facebook*, o *Maré Vive* está no *Twitter*, *Instagram* e *WhatsApp* dando voz aos moradores, que participam ativamente mandando denúncias e informações.

Na Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a estudante de jornalismo Carla Siccos administra desde 2012 a página CDD Acontece, com “o objetivo é ampliar a voz do povo e fazer com que este exerça a cidadania e saiba dos seus deveres”<sup>10</sup>. A página tem 116.241 seguidores e é o desdobramento do Jornal que tem o mesmo nome e foi fundado em agosto de 2011. Carla também mantém listas de transmissões por *WhatsApp* pelas quais ela se conecta com sete mil pessoas de vários lugares da cidade, compartilhando informação de interesse comum pelo bem de todos. Uma comunicação que é feita e atende aqueles que são vítimas do cotidiano violento dos grandes centros urbanos.

O jornalismo independente surgiu como uma vertente forte quando pensamos em imprensa alternativa contemporânea, mas que muitas vezes é estudado apenas na perspectiva do jornalismo investigativo. Nesse sentido existem iniciativas com diferentes

---

<sup>9</sup> Em palestra na PUC-Rio a pesquisadora em Economia Política da Comunicação, professora Patrícia Maurício, fez um balanço do Google e do Facebook no mercado de notícias. Segundo ela, tanto o Facebook como o Google só começaram a se viabilizar financeiramente quando passaram a usar algoritmos para classificar as informações de seus usuários e vendê-las.

<sup>10</sup> <https://www.facebook.com/cddacontece/>



propostas e frentes financiadoras. *The Intercept Brasil*<sup>11</sup>, *Projeto Colabora*<sup>12</sup>, *Agência Pública*<sup>13</sup>, são alguns exemplos de sucesso que visam mostrar um jornalismo livre, alternativo à mídia hegemônica.

#### 4. Índios brasileiros: estereótipos que prevalecem e perduram

Violentamente vitimizados, simbólica e fisicamente, pela percepção colonizadora, cuja estratégia dita de assimilação orientou-se historicamente pela destruição da identidade indígena ou mesma sua aniquilação como povos - os coletivos indígenas brasileiros experimentam mais de cinco séculos de tentativa de sobreviver. Assim como em relação a outros povos subjugados, como os negros, nem mesmo a romântica idealização de uma mestiçagem – síntese pacificadora da união entre raças – escondeu séculos de atrocidades cometidas contra os indígenas pelo Estado e por grupos da sociedade brasileira, movidos por interesses, em especial, as terras indígenas.

Catelli (2017), assinala que quando se pensa a formação racial da América Latina, é usual que se recorra a noções como mestiçagem, transculturação, mulatagem etc. A autora pondera, no entanto, que tais nomenclaturas, presentes nos discursos acadêmico, científico e mesmo de movimentos críticos às perspectivas colonialistas e mesmo do senso comum. Se por um lado, são conceitos raciais que tomam lugares comuns nesses discursos, por outro lado “ são modelos culturais que inclusive até hoje têm sido cruciais em naturalizar dinâmicas sociais hierárquicas, racistas e classistas em nossos países”<sup>14</sup>. (CATELLI, 2017, p.131).

Pode-se mesmo entender, portanto, que conceitos raciais como o de mestiçagem, que emerge na América Latina no final do século XIX, são legados coloniais e de efeitos da colonialidade do poder, como defende Catelli (2017).

---

<sup>11</sup> <https://theintercept.com/brasil/>. Acessado em 22 de julho de 2019.

<sup>12</sup> <https://projetocolabora.com.br/>. Acessado em 22 de julho de 2019.

<sup>13</sup> <https://apublica.org/>. Acessado em 22 de julho de 2019.

<sup>14</sup> Tradução nossa para: “(...) son modelos culturales que incluso hasta hoy han sido cruciales em naturalizar dinâmicas sociales jierárquicas, racistas y classistas em nuestros países.”.

A circulação desses conceitos implica maneiras específicas de pensar e representar a questão racial latino-americana que tem repercussões em nossos presentes. No caso da mestiçagem, só de pensar na construção de relatos amorosos que alegorizam a fundação da nação e encobrem, naturalizando, a violência racial, sexual e social colonial. Como tais violências persistem, qualquer conceito que tenda a se oferecer como síntese de processos do colonialismo e a poscolonialidade precisa ser revisada criticamente. (CATELLI, 2017, p. 132.).<sup>15</sup>

Martin-Barbero (2001) nos lembrava, aos fins dos anos 1990, que o debate em torno da identidade no continente latino-americano continuava ( e continua) em aberto, apesar de menos virulento. Para o autor, pensar o indígena na América Latina é também propor a questão dos *povos profundos*, que torna mais complexo o sentido político e cultural do popular.

Por um longo tempo, a questão indígena se manteve presa de um pensamento populista e romântico, que identificou o índio com *o mesmo*, e este, por sua vez, com *o primitivo*. E convertido em pedra de toque da identidade, o índio passou a ser o único traço que nos resta de autenticidade: esse lugar secreto onde subsiste e se conserva a pureza de nossas raízes culturais. (...) O índio foi assim convertido no que há de irreconciliável com a modernidade e hoje privado de existência positiva. (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 272).

Vale lembrar que, no que diz respeito aos indígenas brasileiros, as imagens que se constroem sobre essas populações – fortemente na mídia, mas também em outros ambientes discursivos como o da própria educação - tendem a perseverar a visão colonial racial impregnada de estereótipos como o da ingenuidade, da irracionalidade, da nudez. O índio inventado no Brasil, em termos das representações sociais, privilegiou essas perspectivas como a do exotismo e de uma falsa passividade diante da ação colonizadora. Mais de cinco séculos, portanto, de apagamentos, silenciamentos e de estereotipização.

Por outro lado, não se deve desconsiderar que sempre houve uma batalha discursiva em termos desta construção identitária e nem parece exagero afirmar que os *media* sempre tiveram papel fundamental nessa construção da imagem enviesada dos povos

---

<sup>15</sup> Tradução nossa para: “ La circulación de estos conceptos implica maneras específicas de pensar y representar la cuestión racial latino-americana que tienen repercusiones en nuestros presentes. En el caso del mestizaje, por ejemplo, suele pensar-se en la construcción de relatos amorosos que alegorizan la fundación de la nación (Soomer, 1991) y encubren, naturalizando, la violencia racial, sexual y social colonial. Debido a esas violencias persisten, cualquier concepto que tienda a ofrecer-se como síntesis de procesos del colonialismo y la poscolonialidad precisa ser revisado criticamente”(CATELLI, 2017, p.132).

indígenas. O denominado giro decolonial, alimentado pelos movimentos pós-coloniais de resistência de reversão de visões eurocentradas e, no caso brasileiro, de forte referenciação em relação à cultura norte-americana, busca desvelar tais estereótipos e os prejuízos por eles gerados em termos de uma compreensão mais radical da complexa historicidade desses povos. Como destacam Miglievich-Ribeiro e Prazeres,

Estereótipos são estigmas, e como tais, redutores da realidade. A incompletude de sua representação equivocada capaz de *definir* (dar fim, dar por acabado, dar por completo) algo ou alguém leva, no limite, à desumanização do outro e à impossibilidade do convívio humano. Não é, como devemos enfatizar, uma veleidade a leitura pós-colonial, ao contrário, é urgente, quase que um imperativo categórico na busca de se desfazer males históricos que se relacionam ao trato com a alteridade ou *diferença colonial*. (Miglievich-Ribeiro e Prazeres, 2015).

Essa batalha discursiva empreendida não apenas pelos povos indígenas, mas por tantos outros grupos, que por muito tempo receberam um único rótulo de *minorias*, se dá em torno exatamente das questões identitárias e do direito ao reconhecimento (Honeth, 2009). Como já mencionado em parágrafos anteriores, essa luta se deu tanto no contexto da mídia massiva e hegemônica, onde esses grupos buscam alcançar espaço, se valendo, inclusive, das contradições que marcam todo dispositivo simbólico, ou mesmo buscando estabelecer seus próprios canais como jornais, emissoras clandestinas e, nas últimas duas décadas, com a presença na web através das mídias e redes sociais.

Uma das expressões dessa ação contra-hegemônica tem sido há décadas o jornal *Porantim*, editado desde 1978 décadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ao seu modo, o *Porantim* buscou retratar desde os fins dos anos 1970 as graves e dramáticas histórias das comunidades indígenas brasileiras de luta pela sobrevivência e preservação de seus direitos.

## 5. Porantim: remo, arma e memória

Criado em 1978, o *Porantim* mantém, nessas mais de quatro décadas, edição mensal. Já são, ao todo, 411 edições (Dezembro/2018). O nome *porantim* vem do *Maué* antigo. Tem três significados distintos: remo pequeno. Já os Causius-Parintitin o

usavam como uma arma de luta. E o povo Maué também davam o nome de *porantim* a uma pequena clava em que faziam desenhos e inscrições que representavam lendas, mitos e estórias da tribo. Ou seja, também memória. *Porantim* então, significa para esses povos remo (transporte), arma e memória. Datilografada e mimeografada, a primeira edição do *Porantim* circulou em Maio de 1978. E já de início deixava claros seus objetivos:

Esse boletim pretende ser informativo, divulgando notícias relacionadas ao trabalho missionário e à situação dos índios, e formativo, publicando alguns trabalhos na área de antropologia, linguística etc que possam servir de instrumento de análise científica e de ação, a fim de que a Pastoral Indígena possa ser executada em forma mais eficaz. Portanto, *Porantim* – instrumento de trabalho, arma e memória. (*Porantim*, no. 1, 1978).

Para este artigo, fez-se um levantamento das temáticas principais destacadas nas capas do jornal, tomando como base de dados o *Armazém Memória*, que disponibiliza no site do *Porantim*<sup>16</sup> os arquivos digitais de 367 das 411 edições do jornal, tendo sido considerada a última a de número 411, referente a Dezembro/2018. No trabalho exploratório, procurou-se agrupar os assuntos e pautas mais recorrentes e chegou-se aos seguintes temas: Direitos Indígenas, Luta ambiental, Política nacional, Povos e suas culturas, Raposa Serra do Sol e Violência. São pautas tão antigas quanto urgentes, como, para citar apenas uma, luta pela demarcação da Raposa Serra do Sol. O conjunto das edições do Jornal, por grupos temáticos, ficou assim distribuído:

**Tabela 1 – Temáticas do *Porantim*<sup>17</sup>**

<b>Temática</b>	<b>Número de edições</b>
Direitos Indígenas	151
Luta ambiental	27
Política nacional	40
Povos e suas culturas	46
Raposa Serra do Sol	13
Violência	70
Outros	31
Não disponível no acervo	33
Total	411

Fonte: Levantamento realizado pelos autores

<sup>16</sup> Disponível em <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>. Acesso em 35.07.2019.

<sup>17</sup> Ver exemplos de capas em Anexo 1.

Pelo agrupamento a que se chegou, a partir da pesquisa exploratória, a relevância do tema geral de política chama a atenção. Dos seis grupos temáticos, quatro estão ligadas diretamente às lutas dos povos indígenas (Direitos, Luta ambiental, Política Nacional e Raposa Serra do Sol), o quinto diz respeito às situações de violência sofridas pelos índios, e o último, Povos e suas culturas, tem um caráter narrativo-descritivo dos costumes e histórias das tribos indígenas brasileiras. Os quatro grupos de capas que abordaram temática mais política (Direitos dos indígenas, Luta ambiental, Política nacional e Raposa Serra do Sol) somam 218 capas.

Apesar de ter passado a ter versão digital em xxxx, o *Porantim* continua sendo distribuído fisicamente para assinantes. Historicamente, o jornal editado pelo Cimi sempre foi lido pelos religiosos e não religiosos que atuam como missionários junto às tribos indígenas, mas também os índios letrados tiveram, desde a criação do jornal, aos conteúdos divulgados no *Porantim*. Além das versões impressa e digital do *Porantim*, o Conselho Indigenista Missionário mantém uma plataforma multimídia que leva o mesmo nome do jornal, a *Agência Ponratim*<sup>18</sup>.

O jornal deixa claro sua postura ativista em defesa da causa indígena. Sistemáticamente apura e divulga denúncias de violação dos direitos das populações, as situações de abandono, as invasões de terras e toda e qualquer ação de agressão aos índios. Isso pode ser observado de modo mais amplo quando se percorre o conjunto das capas de todas as edições do *Porantim* em quatro décadas de circulação. O jornal mantém, em toda sua história, os mesmos tons de questionamentos e cobranças junto ao poder público e denúncias.

Na edição 411, por exemplo, posterior ao resultado das eleições de 2018, o Editorial criticou as manifestações do presidente eleito, Jair Bolsonaro, sobre os índios brasileiros e cobrava do futuro presidente mais clareza em termos de seus posicionamentos em relação ao respeito à demarcação das terras indígenas.

Jair Bolsonaro, presidente eleito no último pleito, insiste em equiparar os povos a animais em zoológicos, o que é, por si só, inaceitável. Ao fazer isso, o presidente eleito sinaliza que os povos podem ser caçados e expulsos por aqueles que têm interesse na exploração dos territórios indígenas e que pen-

<sup>18</sup> Ver <https://cimi.org.br/agencia-porantim/>. Acesso e, 28.07.2019.

sam como ele. O presidente eleito retoma o discurso integracionista, marca dos governos ditatoriais das décadas de 1960 a 1980. A ideologia do integracionismo deu margem para ações de agentes estatais e privados que resultaram no assassinato de ao menos 8 mil indígenas no período citado, como atesta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. (Porantim, 411, 2018)

A temática das invasões do território demarcado está presente em praticamente todas as edições do *Porantim*. Em geral, são narrativas em que prevalecem os relatos de apreensão e medo e indignação por parte de indígenas de serem atacados por invasores. A edição nº 395 (Maio de 2017) deu amplo destaque ao ataque sofrido traz a história do ataque de dezenas de pessoas de uma comunidade local aos índios Gamela. Muitos dos homens, armados, haviam participado de um ato promovido por um deputado federal. Os participantes do encontro foram estimulados a expulsar os gamela. No confronto, 22 índios ficaram feridos, sendo cinco a bala e outros dois tiveram as mãos decepadas. Importante observar que os quarenta anos de cobertura do *Porantim* das questões indígenas são o registro e, portanto, memória, de quatro décadas de agressões violentas, constrangimentos e desrespeito aos direitos dos povos indígenas. Há um evidentemente silenciamento da chamada grande mídia em relação a essa guerra histórica entre os índios e grupos e, muitas vezes, as próprias estruturas de Estado que não respeitam os direitos das cerca de 300 etnias espalhadas pelo território brasileiro. Na atualidade, a etnia com o maior número de indígenas é a Tikúna, com cerca de 45 mil índios<sup>19</sup>.

## 6. Considerações Finais

Este artigo teve como pergunta de partida uma inquietação acerca da noção de imprensa alternativa diante de um recircunstanciado ambiente midiático na contemporaneidade. A chegada da comunicação digital e os constantes avanços tecnológicos trouxeram certamente, para os veículos chamados alternativos, novas possibilidades de produção e divulgação e, mesmo, pode-se dizer assim, deslocamentos e novas possibilidades em relação a sua anterior condição de marginais ou periféricos. Importante considerar que antigas publicações que antes circulavam somente em versão impressa, hoje possuem versão digital. Mais ainda, ocupam seus lugares nas redes sociais, abraçando também novas estratégias interativas.

Além da imprensa alternativa tematizada, por assim dizer, as oportunidades e

---

<sup>19</sup> Dados do Censo Demográfico de 2010.

facilidades do digital têm possibilitado ao jornalismo novas experiências em termos da cobertura da vida social. Propostas como a *Agência Pública*, *Mídia Ninja*, *Nexo*, e outros ainda não tão conhecidos, por si só, acabam por denunciar que o jornalismo da grande mídia, dita institucionalizada, vive, como muito se apregoa, uma crise efetiva. Mas será uma crise do jornalismo ou a crise de um tipo de jornalismo que ainda resiste em enfrentar a complexificação da sociedade?

Pensar na atualidade os sentidos de uma imprensa alternativa significa considerar variáveis complexas e que se reinventam de modo muito acelerado. Se é correta a percepção que em termos da produção e da circulação de conteúdos vêm ocorrendo intensos e velozes descentramentos das noções de mídia x produção x audiências. Basta olhar para a trajetória dos jornais que surgiram como alternativos. A maioria deles desapareceu, mas outros tantos surgiram em função de uma decisão ativista de seus produtores em defesa de alguma causa. O que há de novo aí é que a noção de mídia periférica, marginal já não faz tanto sentido. O digital, a princípio e, pelo menos em tese, coloca em pé de igualdade de divulgação estruturas dos mais variados portes. Claro que regidas por contratos, objetivos, metas e referências éticas as mais distintas. Por isso, a pergunta que provoca este artigo e que segue em aberto diz respeito aos papéis que o que se pode considerar imprensa alternativa hoje desempenha e em torno de que nós – assumindo-se aqui uma intencional ambiguidade – ela orbita.

## Referências

- CARVALHO, Marcus Aurélio. **Rádios comunitárias em crise existencial: linguagem e afetos na era do ouvinte comunicador**. Dissertação Mestrado em Mídia e Cotidiano –UFF, 2018.
- CATELLI, Laura. *Imaginar la formación racial en América Latina a contrapelo del mestizaje y la colonialidad del poder*. In: CONTI, Regina. **Perspectiva descolonial: conceptos, debates y problemas**. Editora EUEM, Mar del Plata, 2017.
- DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência**. Salvador, EDUFBA, 2009.
- DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo, Paulus, 2017.
- GOMES, Nilo Sergio S. *A imprensa alternativa ontem, hoje e... amanhã? Comunicação apresentada ao GT de Mídia Alternativa, no 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – ALCAR SUDESTE 2014, no Rio de Janeiro (RJ)*.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo, SP, Editora 34, 2009.

LLADÓ, Albert. **La mirada lúcida: el periodismo más allá de la opinión y la información**. Barcelona, Editora Anagrama, 2019.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.25, p. 221-233, dez. 2011

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia e PRAZERES, Lilian Lima Gonçalves dos. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Revista Temáticas**, no. 23, 2015.

PERUZZO, Cicilia. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 2006. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>.  
Acessado em 30/11/2018.

SOUZA, Herbert Glauco de, 1983- **Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci?** Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Rosemary Dore Heijmans. Bibliografia : f. 79-82. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: file:///F:/2018/20%20anos%20LECC/disserta\_\_o\_herbert\_corrigida.pdf. Acessado em 12 de novembro de 2018.